Comissão de Justiça da Alesp aprova 105 projetos na primeira reunião pós eleições

Comissão retomou trabalhos com aval a propostas sobre direitos sociais, turismo e novo feriado estadual

PATRICIA DOMINGOS/ALESP



Deputados da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alesp aprovaram 105 projetos na primeira reunião após o período eleitoral

Da **Redação**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou 105 projetos de lei durante reunião realizada esta semana. O encontro marcou a retomada das atividades do colegiado após as eleições de 2026. Entre as propostas que receberam parecer favorável estão a criação de um feriado estadual de conscientização sobre o autismo, medidas de proteção animal, reconhecimento de direitos sociais e iniciativas relacionadas ao turismo e à cultura.

Os deputados também examinaram matérias sobre denominação de rodovias, pontes e instituições públicas, reconhecimento de patrimônios culturais, concessão de títulos turísticos a municípios e inclusão de datas comemorativas no calendário estadual.

Uma das propostas aprovadas foi o Projeto de Lei 588/2026, apresentado pelo deputado Oseias de Madureira (PL). O texto pretende transformar o dia 2 de abril, Dia Mundial de Conscientização do Autismo, em feriado estadual. A justificativa é ampliar o conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estimular atividades educativas, esportivas, assistenciais e de saúde. A aprovação na comissão, entretanto, não significa que o feriado já esteja em vigor. A proposta ainda precisa passar pelas demais Comissões antes de seguir ao Plenário para votação.

DIREITOS E PROTEÇÃO ANIMAL

Outro projeto que recebeu parecer favorável foi o PL 484/2026, do deputado André Bueno (PL), que propõe a criação da Carteira de Identificação da Mãe Atípica. O documento busca facilitar o reconhecimento de mulheres responsáveis pelos cuidados permanentes ou contínuos de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e doenças raras.

Na área de proteção animal, dois projetos do deputado Rafael Saraiva (União) avançaram. O PL 879/2026 estabelece uma política estadual de valorização da medicina veterinária e promoção da chamada Saúde Única, conceito que relaciona a saúde humana, animal e ambiental.

Já o PL 882/2026 prevê sanções administrativas para casos de abandono domiciliar de animais. As duas propostas ainda dependem de outras etapas de análise antes de uma eventual votação definitiva.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Parte das matérias aprovadas trata do reconhecimento de municípios de interesse turístico, da inclusão de eventos no calendário oficial e da valorização de manifestações culturais consideradas patrimônios imateriais do estado.

Também receberam aval propostas para atribuir nomes a equipamentos públicos e conceder declarações de utilidade pública a entidades.

PRÓXIMAS ETAPAS

A CCJR é responsável por examinar a constitucionalidade, a legalidade e os aspectos jurídicos das propostas apresentadas na Alesp. Os projetos agora seguem para as demais Comissões. Participaram da reunião Thiago Auricchio (PL), presidente da Comissão, Delegado Olim (PP), Rafael Saraiva (União), Fábio Faria de Sá (Podemos), Rômulo Fernandes (PT) e Conte Lopes (PL).

Ao final dos trabalhos, Fábio Faria de Sá e Delegado Olim solicitaram a inclusão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2025 na pauta da próxima reunião. A matéria trata do reajuste salarial dos servidores públicos estaduais.

Atendimentos por câncer crescem 21,8% no SUS de SP

Da **Redação**

Os atendimentos para tratamento do câncer de próstata no SUS em São Paulo cresceram 21,8% entre 2023 e 2025, segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP). No ano passado, foram 209.611 procedimentos ambulatoriais e internações, 24 por hora. O total passou de 172.054, em 2023, para 190.672, em 2024. De janeiro a agosto de 2026, foram 125.254 atendimentos. Desde 2023, a soma já chega a 697.591.

O câncer de próstata pode não apresentar sintomas nas fases iniciais. Idade e histórico familiar estão entre os fatores de risco. Campanhas como o Novembro Azul contribuem para ampliar a conscientização sobre o diagnóstico precoce. Alimentação saudável, atividade física, controle do peso e consultas regulares são medidas recomendadas.

Dificuldade para urinar, redução do jato urinário ou sangue na urina exigem avaliação em uma unidade de saúde. Conforme a análise médica, a investigação pode incluir exame de PSA e toque retal; a confirmação depende de biópsia.

Para homens sem sintomas, a Sociedade Brasileira de Urologia orienta conversar com o médico sobre avaliação da próstata a partir dos 50 anos, ou dos 45 para quem tem maior risco, como pessoas com histórico familiar ou homens negros. A indicação deve ser individualizada. O Instituto Nacional de Câncer (Inca) não recomenda rastreamento de rotina e orienta discutir benefícios e riscos com um profissional.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



De janeiro a agosto de 2026, foram registrados outros 125.254 atendimentos.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é a porta de entrada para avaliação pelo SUS. Homens a partir de 50 anos também podem buscar o programa Filho que Ama Leva o Pai ao AME, da SES-SP, que oferece consultas e exames de cardiologia e urologia, sem encaminhamento.

A Tabela SUS Paulista complementa valores federais pagos a hospitais e prestadores do SUS. Para o câncer de próstata, abrange exames, biópsias e tratamentos.